

Fiscalização e esclarecimento cresceram desde 2010, junto a incentivos à regularização do comércio de gás de botijão



**Programa combate venda ilegal de gás, um risco à segurança e à economia**

Em um ano de vigência do Programa Gás Legal houve crescimento de 50% no número de revendas legalizadas. **8**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.530 – Brasília, terça-feira, 27 de setembro de 2011



## Divisão de *royalties* tem semana decisiva no Senado

Apresentação de três projetos de lei e discursos diários refletem mobilização dos senadores em busca de consenso sobre a distribuição dos recursos do petróleo antes da votação, dia 5, do veto que beneficiou estados produtores

O debate sobre a divisão dos *royalties* do petróleo é um dos destaques da semana no Senado e envolve possíveis mudanças no Fundo de Participação dos Estados (veja ao lado). Tema de quatro discursos em Plenário ontem e de três projetos de lei apresentados recentemente, o assunto atrai as atenções em razão da possibilidade de derrubada, em 5 de outubro, do veto presidencial à distribuição dos recursos entre estados produtores e não produtores. **4 e 5**



Projeto de Randolfe Rodrigues (E) que altera a divisão do FPE foi debatido ontem na CDH, presidida por Paulo Paim (2º à dir.)

Márcia Nalume/Senado Federal

**Secretários não querem mudar fundo dos estados**

Ouvidos ontem na CDH, representantes de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul disseram temer perda de receita se for alterada a partilha do Fundo de Participação dos Estados. **4 e 5**

**Congresso inicia hoje a Semana do Turismo 6**

**Código Florestal sob o crivo de técnicos 7**

**Começa a votação da reforma política 2**

### Plenário faz homenagem ao Dia do Administrador

O Dia do Administrador – oficialmente, 9 de setembro – foi celebrado ontem em sessão especial com a presença de representantes da categoria. Administrar empresas é “equilibrar ousadia e responsabilidade”, disse Cyro Miranda, que requereu a homenagem. **2**



Nelson de Carvalho Filho, Samuel Albernaz, Cyro Miranda, Cristovam Buarque e João Divino Britto (D) em sessão especial

Luiz Alves/Senado Federal

**Comissão pode votar hoje mudanças no Simples**

Projeto que reajusta em 50% a tabela para enquadramento de empresas no Simples, sistema simplificado de pagamento de impostos, será retomado hoje na Comissão de Assuntos Econômicos. Proposta ainda tem de ir a Plenário. **3**



Entre as propostas de emenda à Constituição na pauta, estão uma sobre número de suplentes de senador, outra sobre data de posse e uma terceira sobre referendo popular

## Começam hoje sessões para discussão da reforma política

TÊM INÍCIO HOJE as sessões deliberativas extraordinárias para discutir as propostas de emenda à Constituição (PECs) que estão na pauta do Plenário, incluindo três sobre reforma política. Também foram marcadas sessões para amanhã e quinta-feira, além de 4 e 5 de outubro, sempre às 12h. O objetivo é acelerar a tramitação, pois são necessárias cinco sessões de discussão em primeiro turno e de três em segundo turno, além de uma votação em cada turno.

As PECs sobre reforma política são a 37/11, que reduz de dois para um o número de suplentes de senador; a 38/11, que muda a data de posse de chefes do Executivo; e a 42/11, determinando que mudança no sistema eleitoral deve ser precedida de referendo.

A PEC 63/11, que também deve ter a tramitação acelerada, amplia para 31 de dezembro de 2012 o prazo de adesão ao regime de pagamento especial de precatórios para estados e municípios estabelecido pela Emenda Constitucional 62/09. Esse prazo encerrou-se em 10 de março de 2010.

### Passo a passo

De acordo com a Constituição e com o Regimento Interno do Senado, uma PEC originada na Casa deve primeiro ser apreciada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois de incluída na ordem do dia do Plenário, precisa ser discutida durante cinco sessões deliberativas consecutivas. Cada emenda, se houver, deve ser assinada por um terço dos senadores. Se não

houver emenda, a PEC pode ser votada em primeiro turno, com painel eletrônico e quórum mínimo de três quintos.

Se houver emendas, a PEC volta à CCJ para receber parecer. Se aprovada sem emendas, deve ser incluída novamente na ordem do dia, para o segundo turno, após interstício de cinco dias úteis. Na discussão em segundo turno, também podem ser apresentadas emendas – assinadas por no mínimo um terço dos senadores. Nesta etapa, só pode ser alterada a redação, não mais o mérito, e são necessárias apenas três sessões, que não precisam ser consecutivas.

Depois de aprovada em segundo turno, também por três quintos, a PEC segue para a Câmara dos Deputados, onde obedece a trâmite similar.

## Plenário comemora Dia do Administrador

Comemorado oficialmente no dia 9 de setembro, o Dia do Administrador foi celebrado ontem em sessão especial do Plenário que contou com a presença de professores, diretores e estudantes de várias faculdades de Administração, além de representantes da categoria.

Autor da proposta de homenagem, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a administração de empresas é uma das profissões que mais crescem no Brasil e que a atividade, na sociedade moderna, é “um verdadeiro jogo de equilíbrio entre ousadia e responsabilidade”.

– Ousadia para sair dos turbilhões de crises previsíveis e imprevisíveis, e responsabilidade para evitar que anos de extrema pujança econômica, como os anteriores à crise de 2008, terminem em retração, com desdobramentos indesejáveis.

Para Cristovam Buarque



Senador Cyro Miranda (C) pediu a realização da homenagem

(PDT-DF), o Brasil nunca precisou tanto de bons gestores e administradores quanto agora. Mas é preciso definir qual o papel do administrador, além de separar também o que é administrador “no” Brasil e “do” Brasil. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a profissão vem sendo cada vez mais valorizada por jovens na escolha do curso superior.

Na opinião do presidente da Associação Goiana de Administração, Samuel Albernaz, os profissionais da área deveriam

ocupar maior espaço no mercado de trabalho, principalmente na administração pública.

O diretor superintendente da Faculdade Alpha de Goiânia, Nelson de Carvalho Filho, falou sobre o desafio de lidar com a educação no Brasil.

Também ocuparam a mesa o presidente do Conselho Regional de Administração do Estado de Goiás, João Divino de Brito; e a professora do Centro de Pacificação Social de Aparecida de Goiânia, Hécia Daniel da Silva.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Reforma política, precatórios e Canção Nova

12h Sessão extraordinária para discussão das PECs 37, 38, 42 e 63/11, que tratam da suplência de senadores, mandatos de chefes dos executivos, referendo sobre mudanças no sistema eleitoral e pagamento de precatórios. Às 14h, sessão em comemoração dos 33 anos da Comunidade Católica Canção Nova. A pauta está trancada por quatro medidas provisórias.

## Presidência Sessão do Congresso

12h O senador José Sarney preside sessão extraordinária para discussão em primeiro turno das PECs 37, 38, 42 e 63/11; às 16h, a ordem do dia; e, às 19h, sessão do Congresso para apreciação de projetos de lei, no plenário da Câmara.

## CMA/CCT/CRA Audiência sobre Código Florestal

8h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota requerimentos e, em seguida, realiza audiência sobre o Código Florestal em conjunto com as comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Agricultura e Reforma Agrária.

## CMO Seminário regional em Salvador

9h A Comissão Mista de Orçamento realiza seminário regional, em Salvador, para discutir o projeto orçamentário de 2012 e o Plano Plurianual 2012–2015, no plenário da Assembleia Legislativa da Bahia.

## CDR 5ª Semana do Turismo

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado e a de Turismo e Desporto da Câmara promovem a 5ª Semana do Turismo. Às 10h30, haverá debate sobre “A inclusão do turismo no Plano Brasil Maior” e, às 14h30, sobre “Conta satélite do turismo – o que é e para que serve”.

## Amazônia Relatório sobre infraestrutura

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que integra a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, examina relatório sobre reuniões referentes ao tema “Infraestrutura”.

## Emprego Subcomissão realiza ciclo de debates

9h Como parte do ciclo de debates sobre a integração da América do Sul, a Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social aborda o tema “A perspectiva empresarial no contexto da crise mundial” em audiência com João Carlos Nogueira, diretor da Odebrecht, e representantes da indústria.

## CAE Audiência com presidente do Banco Central

9h30 A Comissão de Assuntos Econômicos examina, entre outros, projeto que facilita o processo de registro de microempreendedor individual. Às 10h30, ouve o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre política monetária e crise.

## CPI Tráfico de pessoas

9h30 Reunião da Subcomissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas para apreciação de requerimentos.

## CE Pruni para aluno de cooperativa

11h A Comissão de Educação analisa projeto para permitir o acesso de estudantes oriundos de cooperativas educacionais aos benefícios do Programa Universidade para Todos (Prouni). Também na pauta, projeto que trata da permanência de aluno da educação básica na escola quando o professor faltar.

## Mercosul Representação Brasileira debate fundo

14h30 A Representação Brasileira no Parlasul vota mensagem do Executivo sobre decisão do Conselho do Mercosul. O subsecretário-geral da América do Sul, Central e do Caribe do Itamaraty, Antonio José Ferreira Simões, falará sobre o Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul.

## Congresso Créditos orçamentários

19h O Congresso reúne-se, no Plenário da Câmara, para votar projetos autorizando créditos para vários ministérios, entre os quais o PLN 3/11, que trata da abertura de crédito suplementar de R\$ 999 milhões no Orçamento da Seguridade Social em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 9h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



O Círio de Nazaré é uma das maiores festas religiosas do mundo e acontece no segundo domingo de outubro, em Belém

## Senado vai homenagear festa do Círio de Nazaré

Amanhã o Senado celebra a realização do 218º Círio de Nazaré. O requerimento foi apresentado por Marinor Brito (PSOL-PA). A festa religiosa reúne centenas de milhares de pessoas de todos os lugares do país, todos os anos, nas ruas de Belém do Pará, numa demonstração de

devoção à Virgem de Nazaré, padroeira do estado.

A procissão acontece desde 1793, sempre no segundo domingo de outubro. Os romeiros percorrem 4,5 quilômetros, da Catedral de Belém à Praça Santuário, onde a imagem da santa fica exposta durante 15 dias.

– O Círio de Nazaré ultrapassa limites e caracteriza-se como expressão maior da cultura de um povo – disse Marinor.

De acordo com ela, o Círio, que este ano será realizado em 9 de outubro, é o momento mais importante do calendário de eventos religiosos do Pará.





Pinheiro, Vital, Marcelo, Chinaglia, Cícero e Santiago na audiência em João Pessoa

## Paraíba entrega quatro propostas à Comissão Mista de Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) iniciou ontem, na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), em João Pessoa, o ciclo de audiências públicas que realizará em vários estados para discutir, com a população local, propostas para o Orçamento da União de 2012 e o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

O presidente do Legislativo paraibano, deputado Ricardo Marcelo (PSDB), entregou ao presidente da CMO, Vital do Rêgo (PMDB-PB), quatro propostas de investimentos considerados estruturantes para o estado.

A primeira visa à alocação de recursos para revitalizar perímetros irrigados do município de Sumé e vizinhos. A segunda se destina ao prosseguimento das obras da BR-230 em direção ao Ceará. A terceira objetiva a revitalização da cultura da palma forrageira, que vem sendo destruída pela praga da cochonilha-do-carmim. E a quarta estabelece a construção de um ramal da Ferrovia Transnordestina.

– O seminário nos deu oportu-

nidade de discutirmos o que é mais importante para a Paraíba em nível de alocação de recursos – afirmou Ricardo Marcelo.

Além de Vital do Rêgo, participaram do encontro os senadores Walter Pinheiro (PT-BA), relator do PPA, Acir Gurgacz (PDT-RO), relator da Receita do Orçamento, e os outros dois integrantes da bancada paraibana, Cícero Lucena (PSDB) e Wilson Santiago (PMDB). O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), relator do Orçamento, também compareceu.

Walter Pinheiro apresentou a proposta da União para o PPA, estimada em R\$ 5,4 trilhões. Já Arlindo Chinaglia expôs o Orçamento de 2012, que prevê investimentos de R\$ 165,3 bilhões. A audiência foi acompanhada por representantes de entidades civis organizadas.

Hoje, outra audiência da CMO acontecerá em Salvador. Nos próximos dias, haverá debates em Curitiba, Uberlândia (MG), Campo Grande, Goiânia, São Paulo, Porto Velho, Rio Branco, Vitória e Porto Alegre. *(Com informações da ALPB)*

## Congresso tenta votar créditos suplementares

Os parlamentares tentarão mais uma vez, hoje, a partir das 19h, votar uma série de projetos de lei de abertura de créditos no Orçamento da União. Dois deles se destinam ao Ministério do Desenvolvimento Social, nos valores de R\$ 999 milhões (PLN 3/11) e R\$ 44 milhões (PNL 13/11).

Já o PLN 6/11 abre ao Ministério da Educação crédito de R\$ 88 milhões. O PLN 10/11 prevê R\$ 38 milhões para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, além do Ministério Público da União. A reunião será no Plenário da Câmara.

## Presidente do Banco Central debate crise hoje

Os fundamentos da política monetária e as repercussões da crise econômica internacional na economia brasileira serão explicados pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), hoje, às 10h30.

O convite a Tombini atende a requerimento dos senadores Delcídio do Amaral (PT-MS) e Francisco Dornelles (PP-RJ), que propõem um ciclo de audiências para debater a crise com representantes do governo e da sociedade.

## Cenário internacional em discussão com empresários

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social realiza hoje, às 9h, audiência pública com o tema “A perspectiva empresarial no contexto da crise mundial”. O encontro integra o ciclo de debates sobre a integração da América do Sul.

Foram convidados João Car-

los Nogueira, da Construtora Norberto Odebrecht; Klaus Curt Müller, da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; José Carlos de Assis, professor da Universidade Estadual da Paraíba; e Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O projeto de lei complementar, além de reajustar em 50% as tabelas para inclusão de micro e pequenas empresas, permite o parcelamento dos débitos por até 60 meses

# Decisão sobre mudanças no Supersimples pode sair hoje

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) retoma hoje o exame do projeto de lei complementar que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional, regime especial de tributação que possibilita o pagamento de diversos tributos por meio de alíquota única. O reajuste deve valer a partir de 1º de janeiro de 2012.

Com outros aperfeiçoamentos na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a proposta do governo chegou ao Legislativo em agosto e foi aprovada rapidamente pela Câmara dos Deputados. No Senado, o PLC 77/11 – Complementar ainda terá de ser examinado em Plenário antes de ir à sanção.

Na semana passada, um pedido de vista coletivo adiou o exame da matéria depois da leitura do relatório de José Pimentel (PT-CE). O senador rejeitou dez emendas, incluindo apenas uma alteração de sua própria iniciativa, para correta menção do Comitê do Simples Nacional no texto. Outras duas emendas foram apresentadas nos últimos dias e ainda estão sem parecer.

Ao ler o relatório, José Pimentel esclareceu que rejeitou as emendas de mérito para

evitar um retorno à Câmara, com atraso na aplicação dos benefícios. No entanto, disse o parlamentar, as emendas serão consideradas em substitutivo ao PLS 467/08, que também altera o Simples Nacional e está sendo analisado pelo Plenário.

O projeto já havia passado na Câmara deixando de lado emendas semelhantes para atender outras demandas do segmento da micro e pequena empresa. Os deputados abriram mão de alterar o texto para que seu exame não fosse atropelado por medidas provisórias que estavam entrando em pauta. No acordo de líderes, ficou a promessa de que o Senado examinaria as alterações. Ficou de fora, por exemplo, a entrada de novas categorias econômicas.

Com o ajuste de 50% nas tabelas de tributação, a receita bruta anual máxima para que as microempresas possam optar pelo regime simplificado passa de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil por ano. Para a pequena empresa, a nova faixa de enquadramento irá de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões. O projeto também amplia o limite para o empreendedor individual, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anuais.



José Pimentel, relator na CAE, tenta evitar que o projeto volte à Câmara

### Novas faixas

Faturamento máximo anual com as novas tabelas de tributação

- ▶ **Microempresas**  
R\$ 360 mil
- ▶ **Pequena empresa**  
R\$ 3,6 milhões
- ▶ **Empreendedor individual**  
R\$ 60 mil

## Débitos com parcelamento de até 60 meses

O projeto também autoriza o parcelamento dos débitos tributários dos optantes do Simples Nacional, com prazo de até 60 meses. A medida alcança tributos federais e também municipais e estaduais, como o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em 2006, o regime simplificado foi aprovado sem assegurar o parcelamento dos débitos.

– Hoje, quando uma pequena empresa ultrapassa dois meses

sem recolhimento de um dos impostos, ela é excluída e vai para a tabela de lucro presumido. Com isso, nem consegue pagar o que devia e nem sobrevive, indo a falência – explicou José Pimentel na semana passada.

Um dos pontos que ficaram de fora do texto foi a reivindicação para o fim da substituição tributária quando sua incidência afetasse micro ou pequena empresa. Utilizada especialmente pelos estados, a substituição permite a uma empresa do início

de uma cadeia de sucessivas vendas – uma cervejaria, por exemplo – cobrar e recolher ao fisco o imposto devido pelo cliente.

A substituição é considerada prejudicial quando o cliente é uma micro ou pequena empresa porque o ICMS recolhido pelo fornecedor terá de ser novamente pago como fração da alíquota única da tributação simplificada. A facilidade para a fiscalização e a cobrança do tributo, na prática, representa bitributação para aquelas empresas.

## DEM questiona no Supremo aumento do IPI

Por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), o DEM pediu dia 22 a suspensão do decreto do governo que aumentou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis importados. O líder do DEM no Senado, Demóstenes Torres (GO), disse que o partido entende que a carga tributária já é excessiva.

Na opinião do senador, a medida é um protecionismo que pode gerar retaliações contra o Brasil e afastar investimentos estrangeiros. Não são afetados os automóveis produzidos no Brasil e os importados do Mercosul e do México.

– O caminho do Brasil deve ser o oposto: baixar os impostos, diminuir a carga tributária. Diminuir encargos trabalhistas, fazendo com que esse dinheiro vá para os trabalhadores, e não para o caixa do governo – argumentou.

Já o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), alega que a medida vale só até o fim de 2012, quando o governo acredita que a crise econômica mundial esteja enfraquecida ou até encerrada. De acordo com o parlamentar, o aumento do IPI servirá para proteger a economia, preservando empregos brasileiros.

## Perrella quer acelerar apreciação de vetos

Às vésperas da apreciação do veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda Ibsen, que prevê a distribuição dos royalties do petróleo a todos os estados e municípios, começou a tramitar proposta de emenda à Constituição determinando o trancamento das pautas da Câmara e do Senado caso a apreciação de veto demore mais que 90 dias. Atualmente, somente a pauta das sessões conjuntas do Congresso pode ser trancada nesses casos.

– Acreditamos que a deliberação sobre vetos presidenciais receberá mais atenção tanto dos parlamentares quanto dos chefes do Executivo – disse o autor da PEC 96/11, Zeze Perrella (PDT-MG).

Atualmente, mais de 500 vetos presidenciais aguardam leitura e deliberação.

A PEC 96/11 será analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No último dia 13, José Sarney reafirmou que o prazo final para a votação do veto à divisão dos royalties é 5 de outubro.



## Para evitar briga, Lindbergh sugere novo pacto federativo

Em vez de brigar, os estados produtores de petróleo e os não produtores deveriam debater um novo equilíbrio federativo. Para Lindbergh Farias (PT-RJ), a União tem aumentado muito a centralização da arrecadação tributária. Nesse debate, disse Lindbergh, há uma impressão equivocada sobre o Rio de Janeiro, de que o estado estaria "nadando em dinheiro".

— O Rio de Janeiro é a terceira menor arrecadação em relação ao PIB, porque recebemos muito pouco do Fundo de Participação dos Estados; é a menor participação *per capita* do país. Calcula-se o PIB do Rio de Janeiro com o petróleo, mas não arrecadamos ICMS sobre o petróleo, que é

cobrado no destino e não na origem — afirmou.

Para salientar a concentração de recursos nos cofres da União, o parlamentar apontou que, das receitas disponíveis depois das transferências constitucionais, a União fica com 54% da arrecadação total, os estados com 27% e os municípios, 19%.

Além disso, nos últimos quatro anos (2007 a 2010), a arrecadação federal aumentou 25,9%, mas apenas 15,3% foram repassados aos estados e municípios.

O senador disse que tem defendido a destinação de recursos dos *royalties* do petróleo aos estados não produtores e que quer saber a verdadeira posição do governo federal.

— Estávamos negociando bem. Só que surgiram propostas apresentadas por alguns ministros e precisamos saber claramente se são propostas do governo ou da presidente Dilma — afirmou.

De acordo com Lindbergh, quando era ministra, Dilma participou de um acordo com o então presidente Lula e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que previa modificação de critérios em relação ao pré-sal sem alterar o que já estava licitado. Alguns ministros têm dado declarações contrárias a esse acordo, observou o parlamentar.



Senador lembra acordo do governo anterior com estado do Rio de Janeiro

## Produtores vão à Justiça se veto à Emenda Ibsen for derrubado

Diante da iminência de sofrerem perdas com as mudanças no sistema de divisão dos *royalties*, os estados produtores de petróleo já se preparam para resolver a questão na Justiça, caso não haja acordo e o veto à Emenda Ibsen seja derrubado.

Cinco de outubro é a data marcada pelo presidente do Senado, José Sarney, para que o Congresso examine o veto do ex-presidente Lula ao artigo 64 da Lei do Pré-Sal (Lei 12.351/10). Esse item determina que os *royalties* provenientes da exploração do petróleo sejam distribuídos entre todos os estados e municípios e não apenas entre aqueles que são produtores, como ocorre hoje. Sarney já disse, no entanto, que espera um acordo que permita

votar o projeto do governo que trata do assunto, o PLC 16/10, tornando desnecessária a decisão sobre o veto.

Como os estados produtores de petróleo são minoria, os parlamentares que os representam já esperam a derrubada do veto. Nesse caso, segundo Ricardo Ferraço (PMDB-ES), não haverá alternativa.

— Teremos que recorrer à Justiça. O Congresso não pode ignorar a Constituição. Não queremos receitas adicionais, apenas manter o que nos está constitucionalmente assegurado — afirmou.

O senador considera "covardia" o que está sendo feito com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, e cobrou mais flexibilidade do governo.

— Não é possível impor um sacrifício desses aos capixabas. Apresentamos várias alternativas e todas foram negadas. Sugerimos, por exemplo, a correção da participação especial, que está defasada e é baseada na rentabilidade cada vez maior dos poços, mas nem isso a União aceita negociar.

A Justiça deve ser também o caminho da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), cujo presidente, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, afirmou na sexta-feira que considera inconstitucional qualquer alteração na distribuição dos *royalties*.



Ricardo Ferraço considera covardia o que está sendo feito com seu estado

# Mudanças no Fundo de Participação acirram confronto entre estados

Projeto de Randolfe Rodrigues que altera atual modelo de distribuição dos recursos para os estados foi debatido ontem em audiência pública. Divisão dos *royalties* do petróleo também mobiliza os senadores em busca de consenso para um maior equilíbrio entre estados produtores e não produtores

REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS estaduais da Fazenda de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul disseram temer a perda de receitas caso sejam feitas alterações no atual modelo de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Eles debateram ontem, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), projeto de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) que muda os critérios para a distribuição das verbas entre as unidades da Federação.

A divisão atual é feita na proporção de 85% para os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste e de 15% para os do Sul e do Sudeste. A proposta de Randolfe (PLS 289/11 — Complementar) leva em conta principalmente



Randolfe (E) e Paim (C) com representantes dos governos de Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo: limite para alterações é o final de 2012

o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros critérios como preservação ambiental.

O parlamentar pediu que o Congresso não se omita no dever de legislar sobre a questão, sob pena de o Judiciário fazê-lo, e lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) deu um prazo de 36 meses para que seja definido novo modelo, depois de ter considerado o atual, que é de 1989, inconstitucional.

— Já se passaram 19 meses e temos até o fim de 2012 para resolver. Os critérios atuais estão ultrapassados, são injustos e foram baseados no casuismo político. Não legislar sobre isso seria prevaricação. Temos que tomar providências e sair da letargia — afirmou o senador.



Bacia de Campos (RJ): semana decisiva para definir distribuição dos royalties do petróleo

## Diante do atual impasse, Minas Gerais defende regra de transição

O representante da Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, Fausto Santana, defendeu que uma mudança definitiva na legislação da repartição dos *royalties* do petróleo só seja feita depois do término das negociações. Até lá, ele sugeriu um modelo transitório.

— Há inclusive risco de a questão parar na Justiça, sem prazo de conclusão — afirmou.

Santana disse que Minas perderia de R\$ 500 milhões a R\$ 600 milhões e sugeriu a criação de um fundo para momentos de crise e baixa arrecadação, além de algum mecanismo de compensação financeira para os estados prejudicados.

Opinião semelhante tem o subsecretário-adjunto da Receita Estadual do Rio Grande do Sul, Giovanni Padilha da Silva. Ele questionou os valores:

— É bom lembrar que a Emenda Ibsen é baseada em critérios do FPE [Fundo de Participação dos Estados]. Então não sabemos de quanto, na realidade, teremos de abrir mão.

Além disso, ninguém entra em negociação sem saber o que vai ocorrer na próxima etapa. Ninguém pode dizer que aceita perder agora se não sabe quanto poderá ganhar no futuro.

A Emenda Ibsen, vetada na Lei do Pré-Sal (Lei 12.351/10), determina a divisão dos *royalties* entre estados produtores e não produtores com base em critérios do FPE.

O presidente do Senado, José Sarney, definiu o dia 5 de outubro como data-limite para que o Congresso examine o veto do Executivo a essa lei, mas há a expectativa de que, antes disso, seja fechado um acordo que evite a deliberação sobre o veto.

O representante da Secretaria de Fazenda de São Paulo, Luiz Marcio de Souza, lembrou que mesmo os estados ricos convivem com bolsões de pobreza e desigualdades sociais.

— Há indicadores que mostram que a pobreza existe em toda a Federação. É preciso respeitar as diferenças sem o extremismo de que certos estados são muito privilegiados — defendeu.



Pelo projeto de Rollemberg, Goiás daria contrapartida igual ao valor cedido pelo DF

## Rollemberg propõe que DF invista parte de fundo constitucional no Entorno

Ao mencionar o ex-presidente Juscelino Kubitschek, criador de Brasília, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei destinando um percentual dos recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) a investimentos nos municípios do Entorno de Brasília.

A Lei 10.633/02 determina que a União repasse verbas

ao FCDF para a organização e manutenção da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF e para a execução de serviços públicos de saúde e educação. Em 2010, esse montante foi de cerca de R\$ 7 bilhões.

Rollemberg sugere que seja investido nos municípios do Entorno 1% do fundo constitucional, gradualmente e

cumulativamente, até chegar a 10% do montante.

Os primeiros beneficiados seriam os municípios com piores índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e mais próximos de Brasília. Entretanto, para que isso se concretize, a condição é que Goiás dê contrapartida de igual valor como forma de induzir o estado a investir no desenvolvimento do Entorno.

O senador disse que o Distrito Federal tem a maior renda média *per capita* anual do país — R\$ 15.800 —, enquanto ao seu redor há municípios com renda *per capita* anual que varia entre R\$ 2.800, como Águas Lindas, e R\$ 4.360, como Valparaíso de Goiás.

Os índices de homicídio na região também são superiores à média nacional, de 25 por

## Outras propostas

Há outras propostas em discussão. Francisco Dornelles



Vital do Régio é o relator do projeto que trata dos royalties

## Decisão sobre royalties do petróleo pode sair nesta semana

Esta semana deverá ser decisiva para a distribuição dos *royalties* do petróleo. O PLC 16/10 aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário. Enquanto o governo aposta em um acordo em torno do relatório de Vital do Régio (PMDB-PB), diversos senadores de regiões produtoras e não produtoras articularam suas propostas para garantir a participação de seus estados na divisão dos recursos.

O presidente do Senado, José Sarney, definiu 5 de outubro como data-limite para o exame do veto do Executivo ao artigo 64 da Lei do Pré-Sal (Lei 12.351/10). O governo quer evitar a derrubada do veto, o que representaria a distribuição dos *royalties* entre todos os estados e municípios, segundo os critérios do respectivo fundo de participação, ocasionando perda significativa na arrecadação de estados e municípios produtores.

A proposta negociada pelo governo garante aos estados produtores, principalmente Rio e Espírito Santo, uma quantia próxima daquilo que já recebem anualmente: R\$ 12 bilhões (valor estimado para 2012). O governo abriria mão de 4% sobre o percentual recolhido em participação especial.

— De acordo com nossa posição, as finanças dos estados confrontantes ficarão equilibradas. Não perderão praticamente nada, ficando com R\$ 12 bilhões no próximo ano. A União perderia R\$ 3 bilhões e ficaria com R\$ 8 bilhões. Os outros estados teriam direito a R\$ 8 bilhões também — explicou Wellington Dias (PT-PI), um dos articuladores do governo.

(PP-RJ), Delcídio do Amaral (PT-MS), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentaram projeto (PLS 574/11) segundo o qual 50% dos recursos das participações especiais devem ser destinados aos estados e municípios produtores e 50% ao fundo especial de estados e municípios não produtores.

Os senadores levaram em consideração que, em 2010, a participação especial destinada aos estados e municípios produtores foi de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões.

Outra mudança prevista é o aumento da alíquota dos *royalties* em campos que vierem a ser licitados no regime de partilha, de 10% para 20%. Com base no resultado de 2010, se aprovado o projeto, esse aumento propiciaria uma arrecadação adicional de *royalties* de R\$ 10 bilhões, elevando a arrecadação para R\$ 19,8 bilhões. No ano passado, foi de R\$ 9,9 bilhões.

Segundo os autores, a aprovação do projeto permitirá que a participação total no resultado da exploração do petróleo nos campos do pré-sal atinja R\$ 31,4 bilhões, em valores de 2010.

## Saúde

Alguns senadores aproveitaram o debate sobre a distribuição dos *royalties* do pré-sal para tentar garantir recursos para áreas que consideram prioritárias.

De Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Cristovam Buarque (PDT-DF), o Projeto de Lei do Senado 594/11 cria o Fundo do Petróleo para Formação de Poupança, Educação Básica e Inovação (Funpei), com recursos arrecadados com a exploração do petróleo, gás e hidrocarbonetos fluidos extraídos sob o regime de partilha ou sob o regime de concessão na área do pré-sal em áreas ainda não contratadas. A proposta aguarda emendas na Comissão de Educação.

Walter Pinheiro (PT-BA) defende o uso dos recursos da exploração de petróleo na saúde. Os recursos dos quais seria descontado um percentual para a saúde, na opinião do senador, não devem ser apenas os da exploração do petróleo na camada pré-sal, ainda não disponíveis, mas também os da chamada participação especial, recebida por estados produtores nos contratos já existentes.

## Cristovam: recursos devem ir para a educação e a tecnologia

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu em Plenário que se destine à educação, à ciência e à tecnologia a rentabilidade do fundo a ser criado com recursos do pré-sal. A ideia está em proposta (PLS 594/11) apresentada por ele com Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

— Nossa proposta é que ele [o fundo] fique preso, concentrado, investido em letras do tesouro com rentabilidade fixa. Que não possa ser utilizado em obras imediatas e seja aplicado em educação e inovação.

A rentabilidade iria para a educação de base, e, no caso da inovação, para universidades. O critério de distribuição seria o número de crianças na escola de cada município.

O senador avalia que este esse é um exemplo para o Brasil, já que os recursos do Fundo Constitucional seriam como os *royalties* pagos para os estados produtores de petróleo. Cristovam informou que apresentará emenda para que uma fração dos terrenos doados pela União a Brasília — da ordem de R\$ 40 bilhões — também seja doada ao estado vizinho.

— Esse bem [os terrenos doados] tem que ser usado na educação, na ciência e tecnologia e, por que não, também, na educação das crianças do Entorno de Brasília? — questionou



Senador compara os recursos do pré-sal aos do ciclo do ouro

## Anibal Diniz critica estados que se creem "donos do petróleo"

Anibal Diniz (PT-AC) pediu a atenção do Congresso para a definição dos novos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e dos *royalties* do petróleo. Ele defendeu que a nova legislação beneficie as regiões menos desenvolvidas do Brasil.

O senador lembrou que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional a partilha do FPE nos moldes atuais. Ele criticou os estados e municípios que se consideram "donos do petróleo":

— É fundamental que os representantes dos estados não produtores de petróleo estejam muito atentos a essa discussão, porque nós somos signatários e defensores de um acordo que contemple a

todos os estados. O petróleo é uma riqueza nacional. É importante que essa riqueza nacional seja usada para o bem de todos os brasileiros.

Anibal Diniz pediu um entendimento que resulte em "algo bom para o país e para os estados". Ele disse ser madura a proposta de Wellington Dias (PT-PI), que não modifica as cotas dos estados produtores. Em sua opinião, uma nova partilha seria justa com a Amazônia, que é cobrada pela preservação da natureza e paga um preço econômico por isso.

## Dilma Rousseff

Anibal elogiou a participação da presidente Dilma Rousseff na abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que "colocou o Brasil em altíssima conta perante o mundo". Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR), em aparte, soube-se à homenagem, destacando a luta de Dilma contra a corrupção.

O senador rebateu a tese de que a reforma política terá "a cara do PT e do PMDB"; argumentou que o poder do PT é limitado e que há dificuldades para defender propostas como o voto em lista fechada com alternância de gêneros e o financiamento público de campanhas.



Anibal Diniz quer entendimento sobre partilha de recursos



Senador quer atrair visitantes estrangeiros e estimular o turismo interno. Para isso, defende a liberação de visto para alguns países e mais incentivo para a aviação regional

## Benedito de Lira: turismo no Brasil precisa de incentivo

RODOVIAS, PORTOS E aeroportos precisam melhorar para que o Brasil receba mais turistas estrangeiros, avalia Benedito de Lira (PP-AL). Ontem, véspera do Dia Mundial do Turismo, ele defendeu também a aviação regional para incrementar o turismo interno.

De acordo com o parlamentar – que preside a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) –, o Brasil é “o melhor e mais perfeito território do mundo” para o turismo. Ele citou a região Nordeste, que além de sua beleza natural tem “uma culinária riquíssima e um povo acolhedor”. Também deu como exemplo a exuberância da Floresta Amazônica, o clima temperado do Sul, as chapadas e o Pantanal, no Centro-Oeste, além do turismo de aventura na região Sudeste.

Benedito de Lira lamentou a péssima qualidade do turismo receptivo nos portos brasileiros. Lembrou que, de 2005 para cá, o número de turistas que chegaram de navio ao Brasil passou de 140 mil para 600 mil. Também criticou o estado das rodovias e disse que a presidente Dilma



O parlamentar lamenta o estado das rodovias e a qualidade dos portos

Rousseff está atenta à situação dos portos brasileiros.

Ele afirmou que a presidente deve ainda aproveitar a reestruturação do Ministério do Turismo para reavaliar e incentivar os programas de formação de mão de obra especializada, outra grande deficiência do turismo brasileiro. Pediu ainda que sejam concedidos novos incentivos fiscais e logísticos para atrair investimentos de grandes redes de hotéis.

O senador criticou a exigência de vistos para algumas nacionalidades, devido à política de

reciprocidade adotada pelo Brasil. Disse que essa política faz com que o Brasil perca milhões de turistas americanos que, devido a dificuldades burocráticas, preferem visitar destinos no Caribe e adjacências.

Benedito de Lira pediu também mais incentivo para a aviação regional como forma de promover o turismo interno. O senador, que representa Alagoas, disse que, para ir de seu estado ao Ceará, precisa fazer uma conexão em Brasília e aguardar até quatro horas por um voo para Fortaleza.

## Comissão pode controlar melhor obras federais, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou ontem que solicitará o exame, pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), do projeto de lei do Senado (PLS 439/09) que estabelece normas para o controle centralizado de informações sobre obras públicas custeadas com recursos federais.

O objetivo de Lúcia Vânia, que é presidente da CI, é aprimorar a proposta do então senador Jefferson Praia, para exigir que os órgãos federais coloquem à disposição do público informações relativas ao desempenho físico de suas obras.

Segundo ela, a necessidade de alterações no PLS 439/09 surge do fato de ele solucionar apenas em parte o problema da falta de informações sobre obras custeadas pela União. A proposta cria um cadastro com dados da execução financeira das obras, mas não exige a divulgação de informações sobre a execução física.

– Todos sabemos que, no Brasil, grande parte da corrupção ligada ao Orçamento federal reside precisamente na sobreliberação de verbas sem a correspondente base de execução física – disse.

De acordo com Lúcia Vânia,



Lúcia Vânia quer aperfeiçoar proposta do então senador Jefferson Praia

as informações de caráter financeiro – que já estão disponíveis ao público pelo programa Siga Brasil, criado pelo Poder Legislativo – não permitem que os congressistas “aquilatem a relação entre o dispêndio de recursos e o andamento das obras em si”.

O projeto já foi aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), com parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), e tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, Pedro Taques (PDT-MT), também apresentou parecer favorável à aprovação e aguarda inclusão da matéria na pauta.

## Senado e Câmara abrem 5ª Semana do Turismo

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje da abertura da 5ª Semana do Turismo 2011. O evento terá início às 9h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, com a participação do ministro do Turismo, Gastão Vieira, e do presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senador Benedito de Lira (PP-AL), entre outros.

O encontro é promovido pela CDR e pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados (CTD), como parte das comemorações do Dia Mundial do Turismo. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail [ctd.decom@camara.gov.br](mailto:ctd.decom@camara.gov.br). O evento será realizado até o dia 30 e, por isso, não haverá reunião da CDR nesta semana.

### Programação

9h30 **Abertura**

*Local:* plenário 2 da Câmara dos Deputados

10h30 **Inclusão do Turismo no Plano Brasil Maior (Plano Plurianual 2012-2015)**

*Local:* plenário 2 da Câmara dos Deputados

*Participantes:* senador **Benedito de Lira** (PP-AL), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) • **Gastão Vieira**, ministro do Turismo • **Fernando Pimentel**, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior • **Alexandre Sampaio de Abreu**, presidente do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio (CNC)

14h30 **Conta Satélite do Turismo – o que é, para que serve**

*A Conta Satélite do Turismo é instrumento desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial do Turismo (OMT) para medir o impacto efetivo da atividade nas economias mundiais.*

*Local:* plenário 2 da Ala Nilo Coelho no Senado

*Participantes:* senador **Benedito de Lira**, presidente da CDR • **Gastão Vieira**, ministro do Turismo • **José Francisco Salles Lopes**, diretor de Estudos e Pesquisas da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo • **Wasmália Bivar**, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

## Jucá: Aneel aponta viabilidade de hidrelétricas em Roraima

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) registrou a publicação, na última quarta, de um despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que aponta a viabilidade da construção de quatro hidrelétricas no estado de Roraima, que poderão ter mais de mil megawatts de capacidade de geração instalada.

– A possibilidade de construir essas quatro hidrelétricas só se dá porque atuamos no sentido de construir a interligação Manaus/Boa Vista num linha de transmissão de energia, fazendo com que Roraima deixe de ser isolado e passe a ser um sistema interligado ao restante do Brasil – explicou o senador, que prevê para 2013 a conclusão das obras da linha de transmissão.

Jucá afirmou que a construção das usinas significaria a autonomia energética do estado, que hoje depende da



Romero Jucá diz que quatro usinas tornarão o estado independente

energia da Venezuela, além de representar importante fonte de geração de empregos para os municípios. De acordo com o senador, hoje o atendimento é precário, o que causa preocupações quanto à possibilidade de consolidar o crescimento econômico do estado.

### Mesa do Senado Federal

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Wilson Santiago

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Geovani Borges • Mozarildo Cavalcanti • Ana Amélia • Paulo Paim

\* Licenciado

### Secretaria Especial de Comunicação Social

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### Agência Senado

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:**

Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**  
**Cep:** 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Comissão analisa dados sobre efeito estufa

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realiza audiência pública amanhã para debater dados atualizados do Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC) sobre as emissões de gases de efeito estufa.

Foram convidados para a audiência pública os professores Paulo Artaxo, da Universidade de São Paulo (USP); Emilio La Rovere, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Luiz Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal); e Suzana Kahn, subsecretária de Economia Verde do Rio de Janeiro.

O debate foi requerido pelo deputado federal Alfredo Sirkis (PV-RJ), vice-presidente da comissão, presidida pelo senador Sérgio Souza (PMDB-PR). O relator é o deputado Márcio Macedo (PT-SE).

A convite das comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, estudiosos examinarão aspectos mais técnicos do projeto do Código Florestal. A proposta já teve sua constitucionalidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça

# Especialistas vão hoje ao Senado discutir o novo Código Florestal

O PROJETO DE novo Código Florestal (PLC 30/11) volta a ser discutido hoje no Senado. Aspectos técnicos da proposta aprovada na Câmara dos Deputados serão debatidos com pesquisadores em audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA).

Foram convidados Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP).

O PLC 30/11, que modifica o Código Florestal (Lei 4.771/65), teve sua constitucionalidade aprovada na última quarta-feira pela Comissão de Cons-



Luiz Henrique vai analisar emendas em pareceres para a CCT e a CRA

tituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), não tratou das emendas apresentadas pelos senadores, prometendo analisá-las no âmbito da CCT e da CRA, nas quais também



Jorge Viana apresentará seu relatório à Comissão de Meio Ambiente

relatará a matéria. O senador Jorge Viana (PT-AC) é o relator na CMA.

Na semana passada, o presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), previu que o Código Florestal seria votado em

até 20 dias na comissão. Ele disse ter convicção de que, já nessa etapa, o projeto passará por mudanças importantes em relação ao texto aprovado na Câmara em maio, apresentado pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

Eduardo Braga também pretende anunciar hoje o calendário de tramitação do PLC 30/11 na comissão que preside.

Na CCT, a proposta poderá receber outras emendas, além das apresentadas na CCJ, uma vez que se abre prazo para isso sempre que o projeto segue para a análise de uma nova comissão.

O próprio Eduardo Braga informou que apresentará 12 emendas, a maioria tratando de incentivos econômicos e financeiros para estimular a preservação de áreas florestadas.



Senador celebrou os 22 anos da instituição federal de ensino

## Mozarildo saúda a Universidade de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou ontem os 22 anos da Universidade Federal de Roraima (UFRR), comemorados no dia 8 deste mês.

O senador lembrou que, em 1983, quando era deputado federal, apresentou projeto de lei autorizando o Poder Executivo a criar a UFRR. O projeto foi aprovado e virou a Lei 7.364/85, mas a universidade só viraria realidade com o Decreto 98.127/89, assinado pelo então presidente da República, José Sarney.

Mozarildo disse que, na semana passada, participou de solenidades de lançamento de obras da UFRR que foram possíveis devido a emendas parlamentares, de sua autoria, ao Orçamento da União: o Centro de Convivência da Comunidade Universitária, o Centro de Pesquisas e o Arquivo Geral.

O senador informou que a UFRR tem atualmente 6.400 estudantes, 456 professores e 284 funcionários técnico-administrativos, tendo formado mais de 10 mil pessoas.



Geovani Borges: secretário fez provocações por rede social

## Governo do AP censura imprensa, afirma Geovani

O governo do Amapá está tentando impor censura à imprensa local, segundo Geovani Borges (PMDB-AP). O senador afirma que essa censura é "maldosa, de intimidação, tenta amedrontar a forma independente, transparente, séria e responsável com que se divulgam as notícias do estado".

Geovani relatou que o secretário estadual de Planejamento e Orçamento, Juliano del Castilho, fez provocações por uma rede social, afirmando que o governo do Amapá enfrenta um "consórcio de oposição" formado pelo *Jornal do Dia*, *Jornal da Gazeta*, sistemas de rádios e TVs da Band.

— Chama-me atenção que a mídia do Amapá, em que vários veículos têm posição independente, não possa exercer o livre arbítrio dentro de um processo democrático de divulgar os fatos — garantiu.

O senador disse que os jornais, rádios e TVs citados se consideraram agredidos e abriram um processo na Justiça por difamação.



O parlamentar gaúcho afirma que seu estado é prejudicado

## Simon diz que Tarso Genro deve vir ao Senado

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem o comparecimento ao Senado do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, para discutir questões que, segundo o senador, prejudicam a economia do estado.

Um dos temas, explicou Simon, é o carvão gaúcho, que por decisão do governo não está no edital do leilão A-5, que prevê a contratação da energia a ser usada em 2016. Ele lamentou que o Brasil possa importar carvão da Venezuela e da Colômbia, mas não possa ter o do Rio Grande do Sul.

O parlamentar disse que seu estado tem "uma mágoa histórica", lembrando que a economia brasileira é sustentada pelo agronegócio, sendo os gaúchos, presentes em diversas regiões, os responsáveis pelo progresso e desenvolvimento do setor.

Simon também manifestou a sua confiança na derrubada do veto presidencial à emenda que distribui os royalties do petróleo entre todos os estados brasileiros.

## Paim defende piso nacional para policiais

A criação de um piso nacional para as polícias estaduais, prevista em proposta de emenda à Constituição (PEC 300/08) em tramitação na Câmara dos Deputados, foi apoiada ontem em Plenário pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

A remuneração dos policiais "está muito aquém do razoável", disse ele, que destacou os diferentes salários pagos pelos estados: no Distrito Federal, um policial militar recebe R\$ 4.129, seguido por Sergipe, com R\$ 3.012, e Goiás, com R\$ 2.722.

Em sétimo lugar vem o Amapá, que paga a seu policial militar um salário mensal de R\$ 2.020. Em São Paulo, um policial militar ganha R\$ 2.170. Em penúltimo lugar vem o Rio Grande do Sul, com R\$ 1.170, seguido pelo Rio de Janeiro, com apenas R\$ 1.031.

Paim assinalou ainda a realização, ontem, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o Fundo de Participação dos Estados (FPE). O fundo, que distribui entre os estados 21,5% da arrecadação da União com o IR e o IPI, teve sua forma de partilha considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Senadora destaca importância de mudanças nos Supersimples

## Ana Amélia defende estímulos à economia

As incertezas no cenário econômico mundial aumentam os compromissos do Congresso com a economia nacional, disse Ana Amélia (PP-RS), que defendeu a aprovação de projetos para estimular a economia. Entre eles, está o PLC 77/11, que propõe alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e o PLC 30/11, de reforma do Código Florestal.

— Esta matéria está prestes a chegar a este Plenário, e sua urgência se deve à necessidade de evitar que importantes culturas da produção de alimentos sejam colocadas definitivamente na ilegalidade. Elas precisam de total segurança jurídica — afirmou a senadora, referindo-se ao código.

Sobre o PLC 77/11, que propõe, entre outras mudanças, o aumento dos limites e das faixas de faturamento para incluir empresas no Simples Nacional, a senadora acredita que a proposta evitará a exclusão de milhares de microempresas desse incentivo aos pequenos negócios.



Para o senador, Constituição aumentou encargos municipais

## Alvaro Dias critica criação de novo imposto

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a intenção do governo de criar um novo imposto para financiar o setor de saúde. Ele citou a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que teria afirmado que o governo deve insistir na criação desse novo imposto.

A razão seria a regulamentação da Emenda 29, que estabelece percentuais mínimos para a União, os estados e os municípios investirem em saúde.

— Um novo imposto para a saúde é uma afronta e um escárnio. Além disso, é um desrespeito aos compromissos de campanha eleitoral. Nenhum candidato defendeu aumento de impostos no Brasil — afirmou.

Alvaro Dias disse ainda que o texto que regula a Emenda 29 sofreu mudanças que comprometem o seu objetivo, que é o de compartilhar responsabilidades entre os entes da Federação. Para ele, a Constituição de 1980 repassou encargos aos municípios, sem contrapartida da União.



# Programa reduz venda ilegal de gás de cozinha

Aumento da fiscalização, campanhas de esclarecimento e incentivo à regularização do comércio de gás de botijão resultaram no crescimento de 50% no número de revendas legalizadas. Negócio informal do gás de cozinha põe em risco a vida do consumidor

EM UM ANO de vigência do Programa Gás Legal, lançado em setembro de 2010, houve crescimento de 50% no número de revendas legalizadas de gás de botijão ou gás liquefeito de petróleo (GLP) em todo o Brasil. A informação é da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que coordena o programa criado para combater o comércio irregular de gás de cozinha. Por meio de sete comitês, o Gás Legal promove ações de fiscalização e campanhas de esclarecimento e de incentivo à regularização da venda. Integram os comitês órgãos públicos, como corpos de bombeiros e secretarias de Fazenda, e representantes do setor, como o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicagás).

Segundo o Sindicagás, há um ano o país possuía dois postos informais de venda de gás para cada ponto formal. Hoje a estimativa é de um para um. Só no estado do Rio de Janeiro, os estabelecimentos legais passaram de 570 para 1.500, um salto de 150%, conforme dados da ANP.

– Atualmente, existem cerca de 43 mil pontos de venda legalizados. Esse número está crescendo, pois os informais estão buscando a formalidade – afirmou o presidente do Sindicagás, Sergio Bandeira de Mello.

A população colaborou ativamente para a redução da ilegalidade. Desde seu lançamento, o Programa Gás Legal recebeu aproximadamente 19 mil denúncias. A partir delas, o Sindicagás pôde identificar, por exemplo, os estados onde a situação é mais grave, como Bahia e Pará.



Daniel Meneghetti/Agência Paraná

A armazenagem de botijões precisa obedecer a regras de segurança para evitar acidentes

## Venda informal ameaça segurança e economia

O comércio ilegal de gás de botijão oferece grande risco para a população. Quem leva para casa um produto comercializado ilegalmente não está apenas prejudicando o comércio formal, mas pondo em perigo a vida da família e da vizinhança. Em novembro de 2010, uma explosão causada por armazenamento inadequado de gás em padaria de São Paulo destruiu o estabelecimento comercial e duas casas vizinhas. Oito pessoas ficaram feridas.

O enchimento e o armazenamento do botijão precisam obedecer a regras de segurança específicas para não colocar em perigo o consumidor. A cada enchimento, os botijões são

testados pelas empresas distribuidoras. Quando o recipiente é clandestino, esses testes não são feitos, aumentando a probabilidade de acidente. Outro risco é comprar um vasilhame com menor quantidade de gás do que o indicado, o que facilita vazamentos e provoca perdas financeiras para o consumidor.

O gás de botijão também não pode ser vendido em qualquer lugar. A armazenagem de vários botijões deve cumprir normas como afastamento adequado, equipamento de combate a incêndio, facilidade de acesso e de evacuação e manuseio cuidadoso.

– Estabelecimentos como padarias e farmácias não podem cumprir exigências mínimas de

segurança. A ANP já flagrou locais informais que escondiam até 400 botijões em condições inacreditáveis. Dessa forma, ser vizinho de uma revenda ilegal é um grande risco – alertou o presidente do Sindicagás.

Bandeira de Mello chamou a atenção ainda para outro problema criado pela informalidade: a “canibalização” do comércio formal, que investe em segurança no armazenamento e treina o profissional que entrega o gás.

– O entregador não só leva o gás a nossas casas, como também verifica a validade das mangueiras e válvulas reguladoras e dá dicas sobre o local onde o botijão está instalado e armazenado – defendeu.

## Senado discute propostas sobre combustíveis

Tramitam no Senado três projetos que tratam de aspectos do consumo e comercialização de combustíveis, entre eles o gás de cozinha.

Projeto do senador licenciado Ivo Cassol (PLS 353/11) determina que os revendedores de combustíveis informem, para divulgação na página da ANP, o preço atual de cada tipo de combustível vendido. Sob exame da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), será relatado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Já proposta (PLC 139/10) do deputado Fábio Souto (DEM-BA) obriga empresas públicas ou privadas de abas-

tecimento ou distribuição de água, energia elétrica ou gás a divulgar nas faturas orientações sobre o combate ao desperdício desses recursos. As empresas deverão também divulgar endereços eletrônicos ou telefones para consultas sobre medidas de racionalização do consumo. Em análise na CMA, a matéria tem como relator Wilson Santiago (PMDB-PB).

Proposta do ex-deputado federal Celso Russomanno (PLC 162/09) torna mais severa a penalidade aplicada a estabelecimentos que comercializam petróleo, gás natural e derivados, além

de biocombustíveis, fora das especificações técnicas.

O texto permite fechar temporariamente o comércio que for flagrado, já na primeira inspeção, vendendo produtos adulterados ou com preço superior à quantidade anunciada. Hoje, o local só tem o funcionamento suspenso após a quinta comprovação de adulteração. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a medida está em análise na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), tendo como relatora Ana Rita (PT-ES).

### Cuidados na compra e no uso de botijões

- ▶ Adquira o produto somente com empresas **credenciadas**.
- ▶ **Recuse** botijões avariados ou enferrujados.
- ▶ Somente aceite botijões que tenham o **lacre** da marca engarrafadora.
- ▶ Mantenha o botijão em local **ventilado**: não o coloque em locais fechados, como gabinetes de pia.
- ▶ **Não** deixe o botijão na posição horizontal.
- ▶ **Não** use ferramentas para ajustar a borboleta do regulador.
- ▶ Risco de fósforo ou acendedor elétrico **antes** de abrir o queimador para acender o fogão ou o forno.
- ▶ **Fech**e o registro do gás quando sair de casa.
- ▶ Para **verificar** se há vazamento de gás depois de trocar o botijão, passe uma esponja com água e sabão sobre a conexão do cone-borboleta com a válvula. Se houver vazamento, aparecerão bolhas de ar na espuma de sabão.
- ▶ Pode ocorrer vazamento de gás se o **cone-borboleta** não estiver bem ajustado à válvula. Nesse caso, desenrosque o cone-borboleta e repita a operação de instalação. Mantenha o registro e o cone-borboleta em posição vertical à válvula. Na impossibilidade de remover o botijão para um local arejado, abra portas e janelas, não fume e não acenda nenhum tipo de chama.
- ▶ Se o vazamento continuar, não tente eliminá-lo de maneira improvisada. O botijão pode estar com **defeito**. Desatarraxe o cone-borboleta, coloque o botijão em lugar arejado e ligue imediatamente para a empresa que vendeu o gás – o nome deve estar gravado no lacre e no recipiente. Ela é obrigada a substituí-lo. Se não souber qual é a empresa, chame os bombeiros.
- ▶ Se houver grande vazamento em ambiente não ventilado, o gás, por ser mais pesado que o ar, se acumulará a partir do **piso**. Assim, qualquer chama ou faísca provocará uma explosão no ambiente e, conseqüentemente, um incêndio.

### Saiba mais

**Saiba como se registrar para ser um revendedor de GLP**  
<http://migre.me/5MKSp>

**Legislação sobre revenda de GLP**  
<http://migre.me/5MKSH>

**Denuncie: Programa Gás Legal**  
<http://migre.me/5MKSX>

**ANP**  
Centro de Relações com o Consumidor – 0800 970 0267



CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM  
[WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL](http://WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL)